

Inadimplência reduz poder de negociação

Rio — O Brasil perderá poder de barganha junto aos bancos credores norte-americanos com a decisão do Icerc (**I**nteragenc **C**ountry **E**xposure **R**evue **C**ommittee) de obrigar as instituições a recolherem 40 por cento dos recursos emprestados a médio e longo prazos em provisão de crédito, ao invés de 20 por cento como vinha sendo feito até agora. A análise é do vice-presidente do Forex Brasileiro, Carlos Eduardo Sobral, que acredita que “os bancos poderão se tornar mais independentes como emprestadores”.

Além do problema financeiro, há a questão da imagem do País junto à comunidade financeira internacional. Ocorre que o Icerc promove um julgamento de três em três meses, quando avalia a capacidade de pagamento do devedor e a disposição política do país. “Se o devedor não tem um comportamento adequado, **obriga-se** os bancos à fazerem provisões”, explicou. Em outubro do ano passado o Brasil foi julgado pela primeira vez e os bancos passaram a depositar 20 por cento, também para as linhas de curto prazo.

Na prática, a medida não deve encarecer as linhas de financiamento, já que, de acordo com Sobral, os bancos norte-americanos possuem, de forma geral, provisões da ordem de 35 por cento. Dessa vez, saiu a obrigação para que os credores fizessem depósitos em provisão para as linhas de curto prazo. “No primeiro julgamento, não deveriam ter incluído estas linhas porque sempre foram devidamente pagas, principal mais juros”, opinou Sobral.

As linhas de médio e longo prazos compõem o principal da dívida do Brasil com os bancos, o que é chamado pelo mercado de estoque antigo e

que o Governo prometeu renegociar no último acordo, no qual foi previsto o pagamento de parte dos juros. Já as linhas de curto prazo fazem parte do financiamento do comércio exterior brasileiro (Projeto 3) e do interbancário (Projeto 4). No dia 30 deste mês, termina a obrigatoriedade para os bancos credores repassarem essas linhas, o que parece não estar causando pânico no mercado, que confia na manutenção dos repasses.

O diretor da Área Internacional do Unibanco, Flávio Magalhães Veras, acha que a duplicação da provisão de crédito piora a posição do Brasil junto aos bancos credores dos Estados Unidos, mas confirma a informação de que poucos terão de aumentar os depósitos. “A idéia que me passa é que o mercado internacional achava que o Brasil tinha poucas chances de pagar e agora temos menos ainda”, enfatizou.

Já o diretor da Área Internacional do Banorte, Carlos Augusto Angerami Ramos, vê pelo menos um fato positivo na medida: “As linhas de curto prazo terem sido retiradas da provisão já é um aspecto relevante”. Apesar da nova medida e da fatídica data de 30 de abril, o diretor não prevê problemas para os bancos brasileiros ou o setor exportador.

De fato, segundo explicou Sobral, a retirada das linhas de curto prazo da provisão pode acarretar um rebaixamento de custo do dinheiro para o Brasil. É que se emprestasse 100 milhões de dólares, o banco teria de dispor de 120 milhões e agora só precisa desembolsar o que for remetido para o Brasil. Outros motivos o levam a manter postura otimista. “O que acarreta queda do custo do dinheiro é a maior oferta. O único mecanismo para financiar o comércio exterior era o Projeto 3, mas agora temos os **C**ommercial **P**apers e os **C**ertificados de **D**epósitos em **A**gências.

Na opinião de Angerami, uma visão correta de como pode ficar o mercado brasileiro com o fim do Projeto 3 só poderá ser dada no segundo semestre.